



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
VARA DO TRABALHO DE PATOS DE MINAS – MG

JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO: LUIZ CARLOS ARAÚJO



Lei de Criação nº 7.729, de 16-1-1989
Data da instalação: 11-5-1989
Data de implantação do PJe: 17-9-2015

Jurisdição: Patos de Minas, Arapuá, Carmo do Paranaíba, Lagamar, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Matutina, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Santa Rosa da Serra, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Tiros, Varjão de Minas.

Edital de Correição divulgado no D.E. da Justiça do Trabalho em 7-7-2016, p. 1/2.



ATA DE CORREIÇÃO

Às 8h10min do dia vinte de julho de 2016, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, Dr. **Fernando Antônio Viégas Peixoto**, deu início à Correição Ordinária na Vara do Trabalho de Patos de Minas, situada na Rua Dr. José Olympio Mello, nº 70, na forma do disposto nos artigos 682, XI, da CLT, e 30, I, do Regimento Interno, sendo recebido pelo MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **Luiz Carlos Araújo**; pela Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Cláudia Vaz de Oliveira Bomtempo; pelos servidores Ana Paula Ferreira Castro, Bárbara Correa de Sousa, Fabiano de Lima Cristovão, Fabienne Conde Auad, Líbia de Aguiar, Lidiane Barbosa de Paulo Castro Matsushima, Luciene Alves Nunes, Márcia de Souza Ribeiro Oliveira, Marcelo Ribeiro Chaer, Márcia Correa Silveira e por Sérgio Roberto Ferreira. Ausentes os servidores Eliane Guimarães de Assunção, em licença-maternidade e Helena Maria da Silva, Lúcio Mauro Pessoa, Márcia Correa Silveira, Ricardo Martins de Souza e Waldirene Aparecida Gonçalves, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Desembargador Corregedor examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Do mencionado protocolo, consta o registro de 755 processos eletrônicos, distribuídos neste ano até o dia 19-7-2016, apurando-se a média de 6,24 processos por dia útil.

1.2. PAUTA – As audiências dos processos submetidos ao procedimento sumariíssimo e ao procedimento ordinário, bem como as audiências para realização da instrução processual estão sendo designadas, segundo dados do dia 19-7-2016, extraídos do PJe, conforme abaixo relacionadas, destacadamente:

a) **procedimento sumariíssimo**: 2-8-2016;

b) **procedimento ordinário**: 17-8-2016;

c) **instrução**: 7-3-2017.

1.3. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 120 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 97 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.

1.4. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – A Vara expediu 92 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 44 foram devolvidas pelos juízos deprecados, conforme consulta efetuada no sistema e-Gestão.

1.5. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 147 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 126 processos foram remetidos no presente ano, até esta data.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

1.6. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 27 autos de processos com carga, todos no prazo legal.

1.7. CARGA PARA ADVOGADOS – Existem 21 autos de processos físicos com carga, das quais 9 vencidas e cobradas.

1.8. CARGA PARA PERITOS – Constatam 10 autos de processos físicos com carga, das quais 4 vencidas e cobradas. Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 31 processos pendentes para exame de peritos.

1.9. MANDADOS EXPEDIDOS – Constatam 194 mandados expedidos em processos físicos e 394 expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 6 pendentes de cumprimento, não há mandado pendente de cumprimento no PJe.

1.10. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS – Não há processo com carga para o Serviço de Cálculos Judiciais.

1.11. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico do TRT 3ª Região, foi de 54,65% em 2015. A meta estabelecida para este indicador em 2016 é de 48,3%.

1.12. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO - segundo dados do sistema e-Gestão, dados até o dia 19-7-2016, existem 23 processos aguardando sentença, conforme consta dos itens 62 e 90062.

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2016 até 19-7-2016)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência (item 60)	5
	Aguardando primeira audiência (item 90060)	193
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	102
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	222
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 35)	146
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 90035)	338
	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 66)	78
	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 90066)	109



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

1.13. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Existem 1.261 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 1.142 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 103 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327;
- c) 16 execuções de contribuição previdenciária, de acordo com os itens 102 e 90102.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2016 até 19-7-2016.

Em relação às Varas do Trabalho de semelhante movimentação processual, no ano 2015, cuja média de processos em fase de execução foi de 1.064, constatou-se que a Vara do Trabalho está com número de processos em fase de execução acima da média.

A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico TRT 3ª Região, foi de 75,51% em 2015. A meta estabelecida para este indicador em 2016 é de 66%.

1.14. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO: de acordo como sistema e-Gestão, dados de 19-7-2016, existem 42 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 124, 90124, 131, 90131, 144, 90144, 150, 90150, 156, 90156, 162, 90162, 168 e 90168.

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

2.1. PROCESSOS EM PAUTA – Na pauta do dia 20-7-2016 havia 15 processos:

- a) **procedimento sumariíssimo:** 5 processos;
- b) **procedimento ordinário:** 4 processos;
- c) **instrução:** 6 processos.

Foram examinados os autos dos processos 010699/16, 010651/16, 010640/16, 010608/16, 010610/16, 010615/16, 010617/16, 010574/16, 010139/15 e 010212/15.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 010608/16: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (48 dias);

- 010610/16, 010615/16 e 010617/16: processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (44 dias).

Observando os dados da pauta de hoje e confrontando com a pauta da semana da correição, verificou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor que não havia processo na fase de execução para tentativa de conciliação, determinando-se, assim, que seja observada pelo magistrado a realização de audiências semanais em processos na fase de execução, nos termos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

do artigo 76, inciso II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o artigo 764, *caput*, da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para efeito deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo.

2.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – Exame dos autos dos processos 010695/16, 010685/16, 010551/16, 010718/16, 010716/16, 010715/16, 010690/16, 010682/16, 010672/16 e 010656/16.

RESULTADO – Os processos encontram-se em ordem.

2.3. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE* – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 39 processos *sine die*, incluindo aqueles constantes da listagem de processos na fase de conhecimento sem audiência marcada.

Foram examinados os autos dos processos 01747/12, 01705/12, 01000/14, 01307/12, 01306/12, 01663/12, 00997/14, 01664/12, 01417/12 e 01263/12.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se que aguardam decisão na ação civil pública, processo 00447/12.

Não foram encontrados processos com julgamento *sine die*. Não é demais, contudo, recomendar que não seja designado o denominado julgamento *sine die*, sendo necessária a intimação das partes do dia e horário da publicação da sentença, quando não for proferida na própria audiência em que se encerrar a instrução processual. Nos termos do artigo 851, § 2º, da CLT, “a ata será, pelo presidente ou juiz, junta ao processo, devidamente assinada, no prazo improrrogável de 48 horas, contado da data da audiência de julgamento...”. Caso seja seguida, subsidiariamente, a preceituação do artigo 226, III, do CPC, o prazo para serem proferidas as decisões é de 30 dias, não se aplicando a dilação de 48 horas a que se refere o texto consolidado.

Se não for possível a realização, integralmente, da audiência na mesma data, em caso de força maior, a sua continuação deverá ser marcada para a primeira pauta desimpedida, nos termos do artigo 849 da CLT. Determina-se, portanto, a inclusão na pauta dos processos *sine die* e/ou na fase de conhecimento sem audiência marcada, quando o motivo do adiamento for a realização de perícia e/ou oitiva de testemunha por meio de carta precatória inquiritória.

2.4. PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO – Examinados os autos dos processos 010454/16, 010545/16, 010676/16, 010524/16, 010550/16, 010462/16, 010375/16, 010324/16, 010098/16, 010145/16, 010370/16, 010211/16, 010312/16, 010392/16 e 010548/16.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 010454/16: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (62 dias);



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

- 010676/16: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (19 dias);
- 010550/16 e 010548/16: processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (28 dias);
- 010375/16: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (63 dias);
- 010392/16: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (58 dias).

2.5. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.6. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 19 ações civis públicas, até esta data, em tramitação.

2.7. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 1 ação civil coletiva, até a presente data, em tramitação.

2.8. PROCESSOS JULGADOS – Examinados os autos dos processos 010295/16, 010123/15, 010059/16, 010033/16, 010479/16, 010408/16, 010412/16, 010410/16, 010416/16 e 010124/16.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 010295/16: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (65 dias);
- 010033/16: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (32 dias) e excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id a373cd6 (sem movimentação há mais de 100 dias);
- 010479/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id f679858 e Id ba32d74 (sem movimentação há mais de 30 dias).
- 010124/16: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (61 dias).

Recomenda-se ao MM. juiz que profira sentenças líquidas nas causas submetidas ao procedimento sumariíssimo, visando à redução dos incidentes na fase de execução e à obtenção da celeridade e da maior efetividade do processo do trabalho.

2.9. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Foram examinados os autos dos processos: 010010/16, 010254/16, 010510/16, 010576/16, 010151/15, 010189/15, 010283/15, 010304/16, 010160/15, 010381/16, 010143/15, 010101/16, 010191/15, 010150/15 e 010061/16.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 010010/16: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (35 dias) e excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – evento 12318539 (mais de 10 dias) e Id dad14a8 (sem movimentação há mais de 10 dias);
- 010254/16: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (40 dias);
- 010151/15: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id a557812 (mais de 30 dias);
- 010283/15: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id eb06fe8 (mais de 10 dias);
- 010381/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 31dfd5b (sem movimentação há mais de 10 dias);
- 010061/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id da244f1 (mais de 10 dias).

2.10. PROCESSOS ARQUIVADOS – Examinados os autos dos processos 010636/16, 010477/16, 010411/16, 010494/16, 010437/16, 010378/16, 010252/16, 010426/16, 010222/16 e 010547/16.

RESULTADO – Os processos encontram-se em ordem.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA DO DIA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA – Apurou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor o seguinte **prazo médio** para realização de audiências, conforme dados extraídos do sistema e-Gestão do dia 19-7-2016:

- a) **procedimento sumariíssimo**: 57 dias;
- b) **procedimento ordinário**: 55 dias;
- c) **instrução**: 216 dias.

Para audiências futuras, com base no quadro respectivo do sistema informatizado, no dia 19-7-2016, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor apurou a seguinte **disponibilidade de pauta**, observando-se que há vaga na pauta de instrução:

- a) **procedimento sumariíssimo**: 13 dias (2-8-2016);
- b) **procedimento ordinário**: 28 dias (17-8-2016);
- c) **instrução**: 230 dias (7-3-20017).

CORREIÇÃO DE 2015: Na correção realizada em 19-5-2015, apurou-se o seguinte prazo médio:

- a) **procedimento sumariíssimo**: 29 dias;
- b) **procedimento ordinário**: 43 dias;



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

c) **instrução:** 128 dias.

A disponibilidade de pauta foi:

- a) **procedimento sumariíssimo:** 22 dias;
- b) **procedimento ordinário:** 29 dias;
- c) **instrução:** 189 dias.

CORREIÇÃO DE 2014: Na correção realizada no dia 4-11-2014, em relação à pauta daquele dia, os prazos médios foram:

- a) **procedimento sumariíssimo:** 70 dias;
- b) **procedimento ordinário:** 84 dias;
- c) **instrução:** 121 dias.

A disponibilidade de pauta foi de:

- a) **procedimento sumariíssimo:** 71 dias;
- b) **procedimento ordinário:** 92 dias;
- c) **instrução:** 134 dias.

Prazos médios da pauta

	2014	2015	2016
Procedimento Sumariíssimo	29	70	57
Procedimento Ordinário	43	84	55
Instrução	128	121	216

Disponibilidade de Pauta

	2014	2015	2016
Procedimento Sumariíssimo	22	71	13
Procedimento Ordinário	29	92	28
Instrução	189	134	230

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2016 até 19-7-2016)

(fonte: e-Gestão)

a) conhecimento:

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumariíssimo (item 263)	1	181
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumariíssimo (item 90263)	280	57
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumariíssimo (item 264)	0	0



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumariíssimo (item 90264)	346	55
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumariíssimo (item 267)	3	214
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumariíssimo (item 90267)	243	62
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumariíssimo (item 268)	130	359
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumariíssimo (item 90268)	289	93
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumariíssimo (item 271)	8	213
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumariíssimo (item 90271)	237	65
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumaríssimo (item 272)	178	356
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumaríssimo (item 90272)	269	92

b) FASE DE LIQUIDAÇÃO (de 1º-1-2016 até 19-7-2016)

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumariíssimo (item 359)	33	17
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumariíssimo (item 90359)	17	44
Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumariíssimo (item 371)	94	39
Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumariíssimo (item 90371)	4	23



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

c) Fase de execução (de 1º-1-2016 até 19-7-2016)

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 275)	131	843
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 90275)	0	0
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 277)	7	1.527
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 90277)	0	0

No ano 2015, apurou-se que, em 225 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

- a) **sentenças de conhecimento:** 765, média de 3,4 por dia;
- b) **decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração:** 173, média de 0,77 por dia;
- c) **decisões na fase de execução:** 133, média de 0,59 por dia;
- d) **total:** 1.071 processos conclusos para decisão no período, média total de 4,76 por dia de expediente forense.

	Ano-2015	Média/dia útil
Sentenças de conhecimento	765	3,4
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	173	0,77
Decisões na fase de execução	133	0,59
Total	1.071	4,76

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em junho de 2016, com 22 dias úteis, realizaram-se:

- a) **audiências de procedimento sumariíssimo:** 50, média de 2,27 por dia;
- b) **audiências de procedimento ordinário:** 86, média de 3,9 por dia;
- c) **audiências de instrução:** 66, média de 3 por dia;
- d) **audiências de tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução:** 6, média de 0,27 por dia;
- e) **total de audiências:** 208, média de 9,44 por dia.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Procedimento sumariíssimo	50	2,27
Procedimento ordinário	86	3,9
Instrução	66	3
Tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução	6	0,27
Total	208	9,44

No mês de junho de 2016, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram proferidas 66 sentenças de conhecimento, conforme apurado nos itens 40/43 e 46; 90040/90043 e 90046, 12 sentenças decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme itens 115 e 90115. Foram conciliados 53 processos, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de terça-feira a quinta-feira, a partir das 8h30min e/ou 13h30min. Na quarta-feira há pauta dupla. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumariíssimo e para as de procedimento ordinário e de 20 minutos para as instruções.

Em atendimento ao artigo 18, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declara o magistrado que comparece nesta unidade organizacional de terça-feira a quinta-feira.

Declara o magistrado, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria Geral da Presidência.

De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, na Unidade, são exarados, em média, 500 despachos por semana.

AUXÍLIO FIXO: Recomendou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor que, atuando outro magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que “nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.

5. PRODUÇÃO – Do total de 1.716 processos para solução em 2015, 1.177 foram recebidos no ano 2015, 521 são processos remanescentes de 2014 e 18 são oriundos de sentenças anuladas. A média recebida por dia útil foi de 5,23. No ano 2015, foram solucionados 1.213 processos, dos quais 448 foram conciliados. Foi registrada uma produção total de 70,69%.

Do total de 1.931 processos para solução em 2014, 1.371 foram recebidos no ano 2014, 517



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

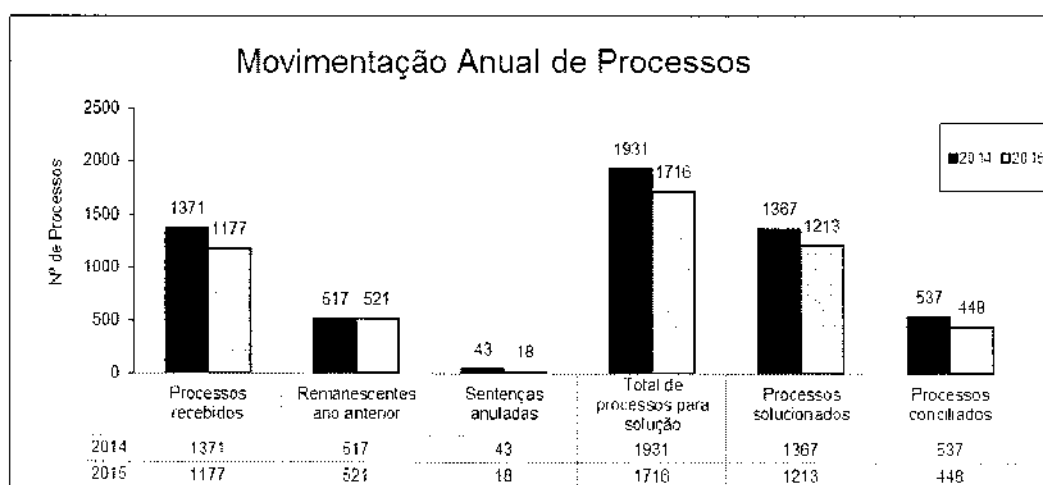
são remanescentes de 2013 e 43 são oriundos de sentenças anuladas. No ano 2014, foram solucionados 1.367 processos, nos quais, 537 tiveram solução conciliada. Foi registrada uma produção total de 70,79%.

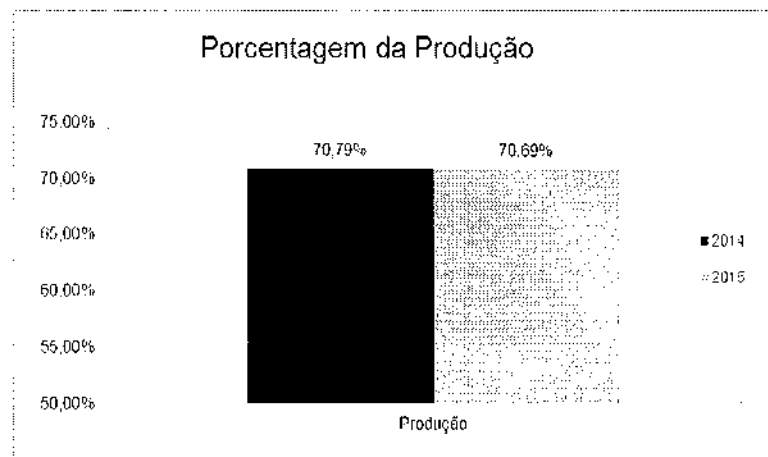
Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 14,15% no número de processos recebidos no ano 2015. Quanto à produção, verificou-se que em 2015 houve uma diminuição de 0,10%.

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

Movimentação Anual de Processos

	2014	2015
Processos recebidos	1371	1177
Processos remanescentes do ano anterior	517	521
Sentenças anuladas	43	18
Total de processos para solução	1931	1716
Processos solucionados	1367	1213
Processos conciliados	537	448
Produção	70,79%	70,69%





5.1. ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE – O Índice de Produtividade – IP, com base no sistema MGD - Mapeamento Global de Desempenho e dados extraídos do e-Gestão, tem por objetivo informar o desempenho das unidades em relação a indicadores que se alinham às metas nacionais e ao Plano Estratégico do TRT3 e, ainda, em relação às outras unidades de 1º Grau. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando-se um instrumento eficaz de gestão.

O IP é um macroindicador calculado a partir de micro e mesoindicadores aos quais se atribuem pesos para o cálculo final.

Os microindicadores estabelecidos pela Corregedoria Regional para medição no IP são:

- antiguidade dos processos pendentes de finalização,
- quantidade de processos pendentes de finalização,
- prazo médio entre o ajuizamento e o arquivamento da ação,
- índice de conciliação,
- índice de solução,
- taxa de congestionamento no conhecimento,
- taxa de congestionamento na liquidação,
- taxa de congestionamento na execução, e
- taxa de congestionamento nos incidentes processuais.

Os mesoindicadores representam o agrupamento de microindicadores de características semelhantes. São quatro os mesoindicadores utilizados para o cálculo do IP:

- acervo, que une as informações da antiguidade e da quantidade dos processos pendentes de finalização;
- celeridade, composto pela medição do prazo médio em dias corridos;
- produção, que agrupa os índices de conciliação e de solução; e
- represamento processual, que agrega as informações das taxas de congestionamento nas diversas fases do processo, conforme indicado anteriormente.

O Índice de Produtividade é, então, a agregação dos quatro mesoindicadores acima listados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Todos os indicadores (macro, meso e micro) originalmente calculados passam por uma técnica de relativização, ou seja, os índices são reparametrizados e representam numericamente uma comparação entre as varas. Nesse sentido, o valor numérico do IP e de seus indicadores componentes varia entre 0 e 1, sendo zero o melhor valor e 1, o pior.

Vale destacar, por fim, que os indicadores são apurados nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, levando em consideração os dados dos 12 meses anteriores.

PERÍODO	IP
Abr/14 a Mar/15	0,5287
Abr/15 a Mar/16	0,4850

Fonte: e-Gestão em 13/04/2016

Obs: Como cada apuração leva em consideração uma relativização distinta entre as varas, deve-se ter cautela ao comparar os resultados dos IPs ao longo do tempo.

MESOINDICADORES REPARAMETRIZADOS – Abr/15 a Mar/16			
ACERVO	CELERIDADE	PRODUÇÃO	REPRESAMENTO PROCESSUAL
0,4306	0,3386	0,5740	0,4339

Fonte: e-Gestão em 13/04/2016

MACROINDICADORES DO IP	MICROINDICADORES DO IP	VALOR ORIGINAL Abr/14 a Mar/15	VALOR ORIGINAL Abr/15 a Mar/16	MÉDIA VARAS DO TRABALHO Abr/15 a Mar/ 16	MICRO REPARAME- TRIZADO
ACERVO	ANTIGUIDADE	1.564 dias	1.542 dias	1.531 dias	0,4668
	PENDENTE	2.660	2.636	3.521	0,2565
CELERIDADE	PRAZO MÉDIO	774,99 dias	919,36 dias	831,59 dias	0,3386
PRODUÇÃO	ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO	37,26%	36,53%	37,64%	0,6415
	ÍNDICE DE SOLUÇÃO	106,78%	98,12%	96,19%	0,5177
REPRESAMENTO PROCESSUAL	TC CONHECIMENTO	39,96%	41,16%	45,02%	0,4512
	TC LIQUIDAÇÃO	27,27%	35,33%	48,19%	0,3635
	TC EXECUÇÃO	73,16%	71,76%	76,78%	0,5948
	TC INCIDENTES PROCESSUAIS	21,52%	23,80%	17,00%	0,3210

Fonte: e-Gestão em 13/04/2016



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

6. ARRECADAÇÃO – Ao exame dos dados estatísticos da Vara do Trabalho, ano 2015, acerca da arrecadação da Previdência Social e do recolhimento para a Receita Federal, constatou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor o registro dos seguintes valores:

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$1.533.018,40	R\$81.483,52

7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias nº 2, de 2003, que regulamenta a prática de atos ordinatórios e a nº 1, de 2008, que proíbe a disponibilização de qualquer despacho na internet antes que seja devidamente assinado.

8. BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor constatou que a Unidade emprega o BACEN JUD, o INFOJUD e RENAJUD, com o intuito de localizar bens passíveis de penhora, bem como o SIMBA, para a requisição de informações sobre movimentações bancárias. Detectou, ainda, que havia 1 ordem de bloqueio do BACEN JUD pendente na Vara do Trabalho, devendo a Secretaria fazer os autos do processo conclusos ao magistrado.

9. DA SECRETARIA – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor examinou 80 autos de processos, sendo que em 7 foram encontrados excessos de prazo, aspectos que deverão ser regularizados. Os prazos processuais, com relação ao impulso oficial deverão ser observados.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Administrativa nº 241, de 2015, referente ao recesso de 1º a 5 de janeiro de 2016 e a Ordem de Serviço GP N. 2, de 16 de novembro de 2015, que suspendeu os prazos processuais no período de 7/1/2016 a 20/1/2016.

10. RECOMENDAÇÕES:

10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda o Excelentíssimo Desembargador Corregedor que seja (m):

1) observada, quando da desconsideração da personalidade jurídica do executado, a citação dos sócios acerca das suas responsabilidades subsidiárias, de que trata o artigo 795 do CPC, bem como a inclusão destes no polo passivo da execução, atentando, assim, para as disposições contidas no artigo 6º da Instrução normativa nº 39/2016, do Tribunal Superior do Trabalho, segundo o qual “Aplica-se ao Processo do Trabalho o incidente de desconsideração da personalidade jurídica regulado no Código de Processo Civil (arts. 133 a 137), assegurada a iniciativa também do juiz do trabalho na fase de execução (CLT, art. 878)”;

2) redobrada e intensificada a atividade jurisdicional para imprimir paulatina e constante diminuição do resíduo de processos pendentes de execução, assumindo o magistrado a condução do processo executivo, naturalmente, com a indispensável colaboração de servidores qualificados, de modo a dar expressão prática ao imperativo constitucional da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

duração razoável do processo de que trata o artigo 5º, inciso LXXVIII, da Lei Magna;

3) cumpridos os artigos 139 a 143 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, da Corregedoria Regional, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados relativamente a credores trabalhistas de empresa em estado de falência ou de recuperação judicial;

4) cumprida a Recomendação nº 2, de 2 de maio de 2011, da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, no sentido de observar a prática de atos de execução indispensáveis, antes do arquivamento;

5) observada, quanto à CNDT instituída pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, a padronização regulamentada pela Resolução Administrativa nº 1.470, de 24 de agosto de 2011 e suas alterações, constantes do Ato TST-GP nº 772, de 2011, do Ofício Circular TST-GP 993, de 2011, e Ato TST-GP nº 1, de 2012;

6) consultado o Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, antes de devolver sobras de execução aos devedores, tanto de depósitos judiciais quanto recursais;

7) conferida prioridade à tramitação e ao julgamento das ações coletivas e das reclamações trabalhistas que envolvam acidente de trabalho, conforme Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 1, de 3 de maio de 2011, divulgada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 13 de maio de 2011, republicada em cumprimento ao disposto no art. 1º do Ato Conjunto nº 4/GP.CGJT, de 9 de dezembro de 2013, divulgado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 10 de dezembro de 2013;

8) encaminhada “cópia das decisões em que haja o reconhecimento, por meio de prova pericial, de agente insalubre no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico sentenças.dsst@mte.gov.br, com cópia para insalubridade@tst.jus.br”, na forma determinada pela Recomendação Conjunta nº 3/GP.CGJT, de 27 de setembro de 2013, divulgada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 30 de dezembro de 2013;

9) cumprida, fielmente, a Recomendação CGJT nº 2/2010, do Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 10 de junho de 2010, p. 16/17, dispondo que “os juizes de primeiro grau que possuem autorização, por motivos relevantes, para residirem fora do local de jurisdição estejam à disposição das partes e advogados ou realizando audiências por, pelo menos, três dias úteis na semana, determinando, ainda, sejam afixadas nas Secretarias dos órgãos judicantes as datas em que os magistrados prestarão atendimento nas Varas, bem assim aquelas em que se encontrarão fora da sede do juízo, mas no exercício de suas respectivas funções”;

10) observado o disposto no Ato GCGJT nº 17/2011, publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 12-9-2011, p. 1/2, do Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, com base na decisão do Conselho Nacional de Justiça (Consulta 0000534-85.2011.2.00.0000), bem assim o Provimento nº 4/2012, do TRT da 3ª Região, que dispõe sobre o arquivamento provisório ou definitivo do processo de execução, conversão de autos físicos de processos de execução arquivados provisoriamente em certidões de créditos trabalhistas e, ainda, o artigo 181 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015 deste Regional;

11) informado ao INSS, por meio do *e-mail* pfmg.regressivas@agu.gov.br, a respeito de ações



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

trabalhistas que versem sobre acidentes de trabalho, após a decisão sobre a culpa do empregador em 1ª e 2ª instâncias, independentemente do trânsito em julgado, com cópia para o endereço regressivas@tst.jus.br, nos termos do OF.TST.GP nº 218/2012, de 7 de março de 2012;

12) emitido pronunciamento explícito sobre a admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se reputando atendida a exigência em caso de despacho nos quais haja referência às locuções "Processe-se o recurso, na forma da lei" ou "Admito o recurso, na forma da lei"; consoante artigo 26, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

13) observada a recomendação contida na Ata de Correição Ordinária, realizada no período de 27-2 a 2-3-2012, pelo Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, de que, havendo Juiz Auxiliar, deverá ocorrer o acréscimo quantitativo de processos instruídos e julgados, somando, e não dividindo as funções judicantes que aos juízes são inerentes, inclusive, na fase de execução;

14) ordenada a pronta liberação do depósito recursal, em favor do reclamante, de ofício ou a requerimento do interessado, após o trânsito em julgado da sentença condenatória, desde que o valor do crédito trabalhista seja inequivocamente superior ao do depósito recursal, prosseguindo a execução depois pela diferença, conforme inciso I do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

15) observados os termos do inciso III do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho que determina " a revisão periódica dos processos em execução que se encontrem em arquivo provisório, com a execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas, por meio da utilização dos Sistemas BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA, valendo-se, se for o caso, da aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC", além de outras providências que possam promover o arquivamento definitivo do processo;

16) promovida a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que "os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação", frisando-se que "para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos", nos moldes do § 1º do referido artigo;

17) evitada a utilização do sistema BACEN JUD, quando se tratar de execução provisória (Súmula 417, III, do TST);

18) observados o artigo 298 e 304 a 306 do Provimento nº 3/2015, deste Regional e o §3º do artigo 1º da Resolução nº 100, de 24 de novembro de 2009, do CNJ, que dispõem sobre a obrigatoriedade de transmissão das cartas precatórias de forma eletrônica, via Malote Digital;

19) observado o artigo 293, do Provimento nº 3/2015, deste Regional, que trata da expedição



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

de Cartas Precatórias, facultando a expedição de mandado a ser distribuído, via PJe, diretamente à Central de Mandados do Foro Trabalhista ou da Vara do Trabalho;

20) na execução provisória, cumpridas as determinações dos artigos 110 a 122 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, deste Regional;

21) observadas as determinações constantes da Recomendação nº 12/2013, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre medidas de organização de trabalho nas unidades judiciárias;

22) realizado o correto lançamento da movimentação processual, visando o fornecimento de dados para o sistema e-Gestão;

23) consultadas, conferidas e utilizadas, como instrumento de gestão, as estatísticas e informações do sistema e-Gestão, por meio do sítio eletrônico da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

24) observado pelos Juízes Titulares, Juízes Substitutos e Juízes Auxiliares, em exercício na Primeira Instância, na capital e no interior, o disposto nos artigos 832 da CLT e 489, I, do CPC, notadamente, no que se refere à necessidade do relatório, requisito essencial, a constar das sentenças proferidas em ações sujeitas ao rito ordinário, em trâmite nos meios físico ou eletrônico, indiscriminadamente;

25) excluída a informação dos agrupadores tão logo a tarefa correspondente seja executada, evitando-se o acúmulo desnecessário de informações, atentando-se principalmente para exclusão das defesas (contestação/reconvenção/exceção) no agrupador "Petições não apreciadas";

26) observada a Resolução CSJT nº 136, de 25-4-2014, que instituiu o Sistema de Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho como sistema de processamento de informações e práticas de atos processuais, estabelecendo parâmetros para a sua implementação e funcionamento;

27) cumprida a Resolução Conjunta GP/GCR nº 30, de 6 de outubro de 2015 e os artigos 49 a 51 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, deste Regional, que regulamentam a utilização dos serviços postais e remessa de documentos, no âmbito da Justiça do Trabalho da 3ª Região;

28) observado os termos do Ofício Circular nº 028/2015-CR-TRT, de 27 de novembro de 2015, quanto ao adimplemento de parcelas relativas ao FGTS – art. 26, parágrafo único, da Lei nº 8.036/90;

29) cumprida a Recomendação CR/VCR nº 1, de 25 de janeiro de 2016 quanto à baixa nos autos devolvidos com a Sentença proferida;

30) cumprida a Recomendação GCR/GVCR/02/2016, de 17 de fevereiro de 2016, sobre a inobservância do disposto no artigo 26, parágrafo único da Lei 8.036/90;

31) cumprida a Recomendação GCR/GVCR/03/2016, de 19 de fevereiro de 2016, sobre a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

inobservância do correto andamento processual nos casos de Conflito de Competência;

32) observada a correta utilização do e-PAD (Processo Administrativo Eletrônico), conforme recomendação nº CR/VCR/04/2016, de 3 de março de 2016;

33) observada a Instrução Normativa nº 39/16, do colendo Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre as normas do Código de Processo Civil de 2015 aplicáveis e inaplicáveis ao Processo do Trabalho;

34) a troca da senha do BACEN JUD efetuada, pelo próprio usuário, a cada 90 dias, antes de sua expiração, após o que deverá ser solicitada exclusivamente por meio de ofício dirigido à Secretaria da Corregedoria, via e-PAD, conforme ofício Circular nº 01/2016; acrescente-se que a senha é pessoal, e deve ser utilizada em outras unidades judiciárias;

35) observada, logo após a realização de audiência de instrução, a remessa do processo para a tarefa “Concluso ao magistrado” do PJe, possibilitando, assim, o início da contagem do prazo para prolação de sentença estipulado no artigo 226, III, do CPC;

36) cumprida a determinação constante do § 3º, do artigo 104, do Provimento Consolidado nº 3/2015, deste Regional, a saber: “inexistindo manifestação ou persistindo a divergência, o juiz, na hipótese de não se decidir pela homologação de um dos cálculos apresentados, nomeará, imediatamente, perito para elaborar laudo, em prazo prefixado segundo a complexidade do trabalho a ser executado”;

37) mantidos regularizados os lançamentos de laudos periciais pendentes no PJe, orientando os peritos quanto aos locais corretos para anexar o laudo pericial e para peticionar/manifestar nos autos, devendo também a secretaria aprovar todos os laudos pendentes. O manual de orientações para peritos judiciais sobre o uso do PJe está disponível no endereço eletrônico: www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2016/03/manual_orientacoes_peritos_judiciais_pjejt_1-12-0-3_1g.pdf.

10.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

Recomenda, também, o Desembargador Corregedor que seja (m):

1) cumprido o OFÍCIO CIRCULAR GVCR/6/2016, que trata da prestação de informações à Vice-Corregedoria Regional, até o dia 29 de julho de 2016, da quantidade de processos de execução inserida nas pautas de audiências da Semana da Nacional da Execução Trabalhista que será realizada nos dias 19 a 23 de setembro deste ano;

2) cumprida a Portaria GP/CR nº 283, de 9 de junho de 2016, que estabelece a prorrogação dos prazos processuais, para o primeiro dia útil subsequente ao do vencimento, em decorrência do horário de funcionamento e de atendimento ao público de todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, estabelecido na Portaria GP/CR nº 214/2016;

3) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;

4) envidados esforços para aumentar a produção, no que concerne à Meta 1, tendo em vista os dados apurados no item 11.1 desta Ata;



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

5) realizada redução do prazo de designação de audiências nos processos de instrução, bem como do volume dos processos de execução com a inclusão destes em pauta, de forma seletiva, considerando aqueles com potencial para encerramento pela via da composição.

O Desembargador Corregedor reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2015:

O Desembargador Corregedor verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) os despachos proferidos, quando do impulso oficial, no prazo de 2 dias, conforme artigo 189 do CPC;

2) realizada efetiva e sensível redução do prazo de designação de audiências de instrução, bem como do volume dos processos de execução, (Recomendação da Corregedoria Regional nº 1, de 2/6/2014) com a inclusão deste em pauta, de forma seletiva, considerando aqueles com potencial para encerramento pela via da composição.

O Desembargador Corregedor reitera a observância das recomendações acima.

11. METAS ESTRATÉGICAS

11.1 METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO PARA O ANO 2016:

Durante o IX Encontro Nacional do Poder Judiciário, nos dias 24 e 25 de novembro de 2015, foram aprovadas as metas para o Judiciário brasileiro alcançar em 2016, dentre elas, sob a coordenação da Vice-Corregedoria deste Regional:

Meta 1 – Julgar mais processos que os distribuídos. Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2015 esta unidade organizacional atingiu o percentual de 104%, tendo cumprido a Meta.

Consultando o sistema e-Gestão, constatou o Desembargador Corregedor os seguintes dados que retratam a situação da Vara, relativamente à Meta 1 para 2016:

Vara do Trabalho de Patos de Minas - de 1º-1-16 até 19-7-16			
Mês	Recebidos	Solucionados	Percentual
Total	755	716	94,83%

Meta 2 – Julgar processos mais antigos. Julgar 90% dos processos distribuídos até 31-12-2014, no 1º e 2º graus.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

Relativamente à Meta 2, conforme dados extraídos do sistema e-Gestão de 1º-1-16 até 19-7-16, constatou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor que há 50 processos distribuídos até 31-12-2014 pendentes, tendo sido atingida a Meta.

Meta 3 – Aumentar o Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 2 pontos percentuais, isto é, alcançar um Índice de Conciliação de 41,7% no TRT-MG.

Meta 5 – Impulsionar processos à execução. Baixar em 2016, na Justiça do Trabalho, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Meta 6 – Priorizar o julgamento das ações coletivas. Julgar até 31-12-2016 as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013, no 1º grau.

Meta 7 – Priorizar o julgamento dos processos dos litigantes e dos recursos repetitivos. Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

11.2. INDICADORES DO PLANO ESTRATÉGICO – TRT 3ª REGIÃO

Os indicadores estratégicos constantes do Plano Estratégico do TRT da 3ª Região para 2016 são:

Indicador 6: Índice de processos julgados no 1º grau;

Indicador 8: Tempo médio de duração do processo – fase de conhecimento, 1º grau;

Indicador 10: Taxa de congestionamento – 1º grau;

Indicador 12: Índice de execução;

Indicador 13: Tempo de duração do processo de execução contra ente privado;

Indicador 14: Taxa de congestionamento na fase de execução;

Indicador 15: Índice de conciliação – fase de conhecimento;

Indicador 17: Índice de concentração de processos dos maiores litigantes.

12. CONTROLE DE GASTOS E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

No que se refere ao controle de gastos e responsabilidade socioambiental, porque perenes, enfatiza o Excelentíssimo Desembargador Corregedor a importância da observância da Política de responsabilidade socioambiental da Justiça do Trabalho constantes do Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 24/14, da solicitação constante no Ofício Circular GP 02/2016, da Presidência deste Regional e as orientações da Comissão de Responsabilidade Socioambiental deste Regional. Em atenção a necessidade de acessibilidade no TRT3, registra-se que a Vara do Trabalho de Patos de Minas possui rampa de acesso para pessoa portadora de necessidades especiais, não existindo cadeira de rodas. Há banheiro adaptado fora da Secretaria.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Com base no artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – O Excelentíssimo Desembargador Corregedor recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Corregedor não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Secretária da Vara manifesta-se, conforme abaixo registrado:

“Exmo. Sr. Desembargador,

Os desafios apresentados a nós servidores são inúmeros. A modernidade consubstanciada na implantação do PJE- Processo Judicial eletrônico determina seguir em frente à custa até mesmo da nossa saúde física e mental.

Sem querer justificar eventual prática desta secretaria, temos a ponderar que, a lentidão do processo judicial eletrônico, da internet, bem como do sistema Putty, igualmente a ineficiência das ferramentas que dispomos nos casos de “erros inesperados” do sistema ou mesmo de quando temos que nos reportar à Central de atendimento Regional para relatarmos o problema, vem causando inúmeros transtornos, sendo responsáveis por eventual perda de prazo.

Registra-se que o encerramento do contrato com a FENEIS e ainda, com os estagiários, trouxe ainda mais dificuldade na execução das tarefas no prazo legal.

E, por falar em FENEIS aproveito a oportunidade para, informar que até hoje não houve pagamento rescisório da então colaboradora da FENEIS prestadora de serviços nesta



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

unidade.

Vale registrar ainda, que em função do corte no orçamento a secretaria vem passando por dificuldades especialmente quanto ao fornecimento de papel A 4, já que o fornecimento na “cesta básica” tem sido de 9 (nove) a 10 (dez) resmas por mês, quantitativo que se mostra infinitamente inferior ao necessário.

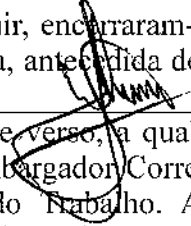
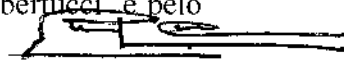
Para ilustrar, informa-se que foi necessário a aquisição de papel A 4 pela Secretária da unidade, o que não pode perdurar, pois cabe ao Eg. Tribunal fornecer no mínimo papel para trabalharmos.

Neste sentido, temos que o SPE – Sistema de Peticionamento Eletrônico vem de encontro à necessária economia de materiais e, portanto, ousamos sugerir a suspensão temporária do mencionado serviço.


A cada dia vemos ceifadas as nossas conquistas, como por exemplo corte das funções comissionadas, mas em que pesem as adversidades todos os servidores desta unidade estão sempre empenhados a imprimir uma prestação jurisdicional de qualidade.

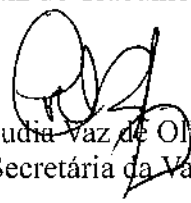
Obrigada.

Cláudia Vaz de Oliveira Bomtempo- Secretário”

A seguir, encerraram-se os trabalhos às 11h30min do dia vinte de julho de 2016, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior , Secretário da Corregedoria, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor, pelo MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara e pela Secretária da Vara do Trabalho. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Jânio Júlio Fernandes e José Múcio Antônio Lambertucci e pelo Assessor do Excelentíssimo Desembargador Corregedor Renê de Souza Torres 


Fernando Antônio Viêgas Peixoto
Desembargador Corregedor do TRT/3ª Região


Luiz Carlos Araújo
Juiz do Trabalho Titular da Vara


Cláudia Vaz de Oliveira Bomtempo
Secretária da Vara do Trabalho

